

-se com os mais adiantados países do mundo, nesse setor da atividade humana, colocando o Brasil, a cada dia que passa, em situação de mais destaque entre as nações que já atingiram alto grau de desenvolvimento material e intelectual”.

Finalmente, uma palavra de reconhecimento à Faculdade de Ciências Econômicas de Osasco, na pessoa de seu diretor, Professor Delorenzo Neto, “magnífico incentivador dos que se iniciam no campo das Ciências Sociais”, como ressalta o Professor Wladimir Pereira, por ter ensejado a publicação do excelente trabalho que propiciou esta nota. Seria de desejar, apenas, que as publicações do importante instituto universitário de Osasco tivessem maior divulgação e pudessem ser encontradas facilmente nas livrarias.

ODILON NOGUEIRA DE MATOS

* * *

*

KOWARICK (Lúcio). — *Estratégias do Planejamento Social no Brasil*. São Paulo. Cadernos do CEBRAP. 1973.

A finalidade primeira desta resenha é chamar a atenção para os cadernos do CEBRAP (Centro Brasileiro de Análise e Planejamento) que se dispõem a analisar temas brasileiros da maior importância.

O trabalho de Lúcio Kowarick, cujo título encima esta nota, insere-se nessa linha e discute o planejamento social no Brasil desde as primeiras tentativas governamentais ocorridas em meados da década dos 40.

O autor começa analisando o conceito de planejamento social, afirmando que no Brasil

“quando se pensa o processo de desenvolvimento para fins de planejamento, o termo *social* é geralmente definido em oposição ao econômico. Ora, desenvolvimento é um processo integral e a separação entre aspectos sociais e econômicos constitui uma dicotomia que pode obscurecer a própria natureza da questão”.

Alem disso, os planos brasileiros não se apoiam numa teoria sociológica do desenvolvimento (ver Florestan Fernandes: *A sociologia numa era de evolução social*) e a ausência de sistematização dos problemas ligados ao desenvolvimento social diminui, de muito, seu alcance. Como o desenvolvimento econômico é visto como o fulcro dos problemas brasileiros, o *social* surge sempre com um caráter nitidamente *economicista* (como *reflexo* do crescimento econômico), reduzindo-se a atividades setorializadas, que se ressentem de uma abordagem de conjunto.

Na segunda parte, discute aspectos metodológicos do planejamento social nos planos brasileiros: Plano Salte (1950); Programa de Metas (1958), Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social (1963-1965); Programa de Ação Econômica do Governo (Paeg, 1964-1966); Programa Estratégico de Desenvolvimento (Ped, 1968-1970).

O *Salte*, primeiro plano que trata de um setor social (saúde) apresenta características de emergência e, por uma série de fatores (morosidade de aprovação, inexistência de verbas, entre outros), praticamente não funcionou.

O *Programa de Metas*, do ponto de vista do planejamento social só apresenta um setor, a educação (somente formação de pessoal técnico); o modelo proposto é de estilo *economicista*, pois tem como idéia básica que a falha de técnicos especializados representaria um ponto de estrangulamento no crescimento econômico.

O Plano *Trienal* abandona essa visão *economicista* por excelência e apresenta pela primeira vez no Brasil a concepção de entraves extra-econômicos do desenvolvimento.

“Desta forma, a economia, no modelo utilizado pelo Plano, já não é mais um fim em si mesmo: traz à tona a problemática de uma repartição de renda mais equitativa, e isso não só porque a incorporação de novos grupos ou regiões em níveis de renda mais elevados trarão um novo impulso ao sistema econômico, mas também porque respondem a imperativos de caráter social”.

Para o *Paeg*, novamente os processos econômicos voltam a ser o fim primeiro, enquanto os setores sociais passam para um plano secundário a serviço dos objetivos econômicos.

O *Ped* segue o mesmo modelo do *Paeg*, do ponto de vista metodológico.

“Mas ainda, a ‘justiça social’, à qual reiteradamente o Plano se refere, parece estar em contradição com os mecanismos postos em prática pelo aparelho governamental. Isso transparece quando é analisada a política salarial”.

O problema salarial é visto sob a ótica econômica, sendo um dos pontos centrais da estratégia de desenvolvimento adotada pelo *Paeg* e pelo *Ped*; através da contenção salarial é que se pretende combater a inflação, acelerando o ritmo de desenvolvimento.

“Semelhante política salarial ocasionou acentuada deteriorização no padrão de vida de considerável número de assalariados urbanos; ... é conveniente mencionar, a título de exemplo, que parece ter havido uma correlação entre a deteriorização salarial

e o aumento da mortalidade infantil tardia, que começou a se agravar no Município de São Paulo a partir de 1963”.

Na terceira parte, o autor faz uma análise mais pormenorizada, mas não exaustiva, dos vários setores do planejamento social (educação, saúde e saneamento, habitação, previdência social) em cada plano governamental. Através de dados estatísticos (há dezenove quadros anexos ao trabalho), da orientação escolhida e dos resultados efetivamente obtidos, chega à conclusão de que

“a mediocridade dos diagnósticos de situação, a imprecisão quanto à validade e viabilidade das metas e recursos estipulados e a discrepância entre os objetivos programados constituem indicadores que revelam a fase embrionária em que se encontra o planejamento social de nível federal no Brasil”.

Na quarta parte, Lúcio Kowarick estabelece relações entre o planejamento social e o contexto socio-político brasileiro, partindo do princípio de que o planejamento é uma atividade diretamente dependente da situação política que vigora no país. Sua primeira observação é de que em 1930 já existe uma preocupação real com o desenvolvimento econômico, enquanto o primeiro plano que trata de um setor social só aparece mais de quinze anos depois. Essa defasagem temporal se explica para o autor pelo fato da tomada de consciência do subdesenvolvimento só se dar após a Segunda Guerra Mundial.

Generalizando, o autor relaciona a manipulação social relativamente desfavorável ao desenvolvimento e o estilo populista de governo (1930-1964) em que a dinâmica política se sustentava num jogo de interesses e barganhas incompatíveis com uma programação de planejamento.

“Após 1964, com a crescente centralização das decisões em torno do Poder Executivo e com a ruptura do jogo político que se processava a partir das oposições partidárias, sindicais e dos mais vários grupos de pressão, o planejamento passa a ser um dos instrumentos de maior eficácia para um governo que encontra no controle da ‘ordem social’ — e não mais nos processos eleitorais — a base de sua sustentação”.

O trabalho de Lúcio Kowarick parece um ensaio para um trabalho de mais fôlego, mais pormenorizado e aprofundado. Suas análises limitam-se a generalizações e imprecisões, talvez por falta de trabalhos monográficos sobre o período. Apesar de se resguardar em muitas das suas análises (por exemplo, sobre a burguesia nacional), tem algumas frases bastante discutíveis: “pode-se mesmo dizer que a ideologia liberal pura é pouco a pouco substituída pela ideologia do planejamento”; o que é esse liberalismo *puro*?; o que é o liberalismo dentro do contexto brasileiro? O que é ideologia do planejamento? Mas, de qualquer forma, é uma obra importante, que deve ser lida e discutida.

MARIA LIGIA PRADO